



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SPS
CÍVEL/2001



**ADIN. INTERPRETAÇÃO SEGUNDO A
CONSTITUIÇÃO, SEM REDUÇÃO DO TEXTO
IMPUGNADO.**

Caso em que dispositivo de lei complementar municipal sobre o plano diretor prevê a verificação da necessidade de realização de estudos de impacto ambiental, o que está na mesma linha da prescrição constitucional sobre a questão tanto na Carta Federal, como no Estatuto Mor do Estado.

Ação julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

TRIBUNAL PLENO

N.º 70001665314

PORTO ALEGRE

**EX.MO SR. DR. PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RS**

PROPONENTE

**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE
PORTO ALEGRE**

REQUERIDA

MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

REQUERIDO

**EX.MO SR. DR. PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**

INTERESSADO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça deste Estado, por maioria, em julgar improcedente a ação, vencidos os Desembargadores Araken de Assis, Vasco Della Giustina, Antonio Janyr



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



SPS

ADIN Nº 70001665314

Dall'Agnol Junior, João Pedro Freire, Antônio Guilherme Tanger Jardim e João Carlos Branco Cardoso.

Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, além do signatário, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Tael João Selistre (Presidente, sem voto), Cacildo de Andrade Xavier, Alfredo Guilherme Englert, Nilo Wolff, Élvio Schuch Pinto, Antonio Carlos Netto Mangabeira, José Eugênio Tedesco, Osvaldo Stefanello, Paulo Augusto Monte Lopes, Aristides P. de Albuquerque Neto, Ranolfo Vieira, Vladimir Giacomuzzi, Araken de Assis, Vasco Della Giustina, Antonio Janyr Dall'Agnol Junior, João Pedro Freire, Antonio Guilherme Tanger Jardim, Luiz Ari Azambuja Ramos, João Carlos Branco Cardoso, Leo Lima, Marcelo Bandeira Pereira, Gaspar Marques Batista e Arno Werlang.

Porto Alegre, 07 de maio de 2001.

DES. SÉRGIO PILLA DA SILVA,
RELATOR.

RELATÓRIO

DES. SÉRGIO PILLA DA SILVA (RELATOR) – O Dr. Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul propõe Ação Direta de Inconstitucionalidade, buscando a declaração de inconstitucionalidade do *caput* do art. 56 da Lei Complementar n.º 434, de 24 de dezembro de 1999,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



SPS

ADIN Nº 70001665314

no Município de Porto Alegre, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências", sendo que o referido artigo trata da necessidade ou não da realização de Estudos de Impacto Ambiental referentes a Projetos Especiais, após exame prévio através do Estudo de Viabilidade Urbanística.

Alega que da leitura do *caput* do artigo 56, bem como da interpretação sistemática dos dispositivos da lei complementar n.º 434/99, depreende-se que o Estudo de Viabilidade Urbanística pode dispensar a realização do Estudo de Impacto Ambiental, o que viola o disposto nos arts. 225, § 1º, IV, CF e 251, §1, V, CE.

Salienta que há inconstitucionalidade formal, pois somente a União, os Estados e o Distrito Federal possuem competência para legislar sobre a matéria, devendo os Municípios complementarem as leis de acordo com o interesse local. Cita legislação federal e estadual, bem como o art. 143 da Constituição Estadual. Aponta, também, inconstitucionalidade material frente ao art. 251, V, da CE.

Requer, liminarmente, a suspensão da eficácia do artigo *sub judice*, e, no mérito, a procedência da ação.

A liminar foi indeferida.

O Presidente da Câmara Municipal e Prefeito Municipal de Porto Alegre apresentaram informações.

A Procuradoria-Geral do Estado, juntamente com a Procuradora do Estado, em defesa da norma impugnada, com base no princípio que presume sua constitucionalidade, postulam a improcedência da ação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



SPS

ADIN Nº 70001665314

O Dr. Procurador-Geral da Justiça, em seu parecer, manifesta-se pela procedência da ação, dando-se interpretação ao dispositivo conforme a Constituição Estadual, sem redução do texto.

É o relatório.

VOTO

DES. SÉRGIO PILLA DA SILVA (RELATOR) – O artigo 56 da Lei Complementar n.º 434, de 24.12.99, do Município de Porto Alegre, objetivado na ação está assim redigido:

"Art. 56 – Os Projetos Especiais serão objeto de Estudo de Viabilidade Urbanística, com vistas à análise de suas características diferenciadas e à verificação da necessidade de realização de Estudos de Impacto Ambiental, conforme regulamentação a ser estabelecida pelo Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano.

Parágrafo único. Os Projetos Especiais em função da sua complexidade e abrangência, caracterizam-se por:

I – Empreendimentos Pontuais;

II – Empreendimentos de Impacto Urbano."

A inicial, desenvolvida em 19 páginas de longa fundamentação, assim enuncia a pretensão do Doutor Procurador Geral de Justiça:

"d) a final, seja julgado integralmente procedente o pedido, para que se declare a inconstitucionalidade parcial do caput do artigo 56 da Lei Complementar



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



SPS

ADIN Nº 70001665314

n.º 434, de 24 de dezembro de 1999, do Município de Porto Alegre, sem redução de texto, dando-se ao dispositivo interpretação conforme a Constituição Estadual, consequentemente afastando-se a exegese literal da norma, a qual permite que o Estudo de Viabilidade Urbanística dispense o Estudo de Impacto Ambiental nos casos em que a exigência deste estudo for obrigatória pelas legislações federal e estadual, bem como nos casos em que for constatada a modificação significativa do meio ambiente, nos termos dos artigos 8º, 10º e 251, inciso V, da Carta Estadual;"

Argumenta o proponente que *"literalmente, a dicção desse artigo permite que se conclua que o EVU (Estudo de Viabilidade Urbanística) poderia dispensar a realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o conseqüente Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), em hipóteses em que as legislações federal e estadual o exigem."*

Todavia é a própria inicial que assevera *"que qualquer obra ou atividade, que possa causar degradação ou transformação do meio ambiente, deve ser necessariamente precedido de EIA, visto o disposto nos artigos 225, § 1º, inciso V, da Constituição Federal, e 251, § 1º, inciso V, da Constituição Estadual."* (O grifo é do Relator)

Raciocínio assim deduzido sugere duas ordens de consequências:

I – A dicção do dispositivo admite a livre interpretação, o que de resto é virtude de qualquer texto;

II – A possibilidade de causação de dano ambiental é exame que precede à efetiva realização do EIA, a significar a dispensabilidade deste, acaso impresente aquela possibilidade.

Ora, segundo o prescrito na Constituição Federal, a exigibilidade do EIA é só para "obra potencialmente causadora de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



SPS

ADIN Nº 70001665314

significativa degradação do meio ambiente" (art. 225, § 1º, inciso V), enquanto a Carta Estadual, ao tratar o mesmo tema, em igual linha, assim estabelece: "... para obras ou atividades públicas ou privadas, que possam causar degradação ou transformação no meio ambiente..." (art. 251, § 1º, inciso V, da CE).

Da conjugação dos dois textos magnos, confrontados com o estatuído no discutido art. 56 do diploma municipal, retira-se que ao poder público, em qualquer dos níveis, é dada a faculdade da prévia avaliação da necessidade de realização do EIA.

Ou seja, o EIA somente será indispensável para aqueles empreendimentos que tenham a potencialidade de causar significativa degradação ambiental.

Com esta ordem de considerações, devida vênia, não surpreendo inconstitucionalidade no enunciado pelo artigo 56 em pauta (Lei Complementar n.º 434/99, do Município de Porto Alegre), menos ainda a necessidade de, nesta sede, interpretá-lo segundo a Constituição e sem redução de seu texto.

Aliás, e no meu particular sentir, provimento de duvidoso cabimento quando inexistente controvérsia instaurada acerca da interpretação da norma.

Aqui, pelo que é possível deduzir da explanação da inicial há MERA cogitação sobre eventual enfoque do destinatário da norma contrária ao comando constitucional.

Isso, no máximo, caracterizará exercício de futurologia.

Julgo improcedente a ação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



SPS

ADIN Nº 70001665314

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER – De acordo.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT – De acordo.

DES. NILO WOLFF - De acordo.

DES. ÉLVIO SCHUCH PINTO - De acordo.

DES. ANTONIO CARLOS NETTO MANGABEIRA – De acordo.

DES. JOSÉ EUGÊNIO TEDESCO – De acordo.

DES. OSVALDO STEFANELLO - De acordo.

DES. PAULO A. MONTE LOPES - De acordo.

DES. ARISTIDES P. DE ALBUQUERQUE NETO – De acordo.

DES. RANOLFO VIEIRA – De acordo.

DES. VLADIMIR GIACOMUZZI - De acordo.

DES. ARAKEN DE ASSIS - Sr. Presidente. Estimo que o caso mereça meditação não tanto pela possibilidade de se excluir no controle da constitucionalidade uma interpretação que ofenderia manifestamente o texto constitucional, mas principalmente do cabimento desse tipo de conclusão no âmbito da ação direta de inconstitucionalidade, motivo pelo

juiz



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



SPS

ADIN Nº 70001665314

qual me obrigo, para melhor examinar a questão, com a vênica dos que já votaram, a pedir vista.

DES. VASCO DELLA GIUSTINA - Sr. Presidente, parece-me que, havendo uma divergência do Relator com o parecer do Ministério Público, seria de todo interessante que pudéssemos examiná-lo para poder aquilatar melhor o processo.

Assim, ainda que venha a acompanhar o eminente Relator, não me sinto capacitado para votar e vou aguardar a vista do Des. Araken. Gostaria que me fosse encaminhado o parecer.

DES. ANTONIO J. DALL'AGNOL JUNIOR – Também vou aguardar. Ache o tema extremamente interessante exatamente porque há uma aparente confusão entre declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto e interpretação conforme a Constituição. Tanto isso é verdade que o Relator encaminha-se no sentido da interpretação conforme. E, a meu juízo, embora entendimento do Supremo em outro sentido, está acertadamente dispondo. Vou aguardar, pois, a vista do Des. Araken.

DES. JOÃO PEDRO FREIRE – Aguardo.

DES. ANTONIO GUILHERME TANGER JARDIM – Aguardo.

DES. LUIZ ARI AZAMBUJA RAMOS - Acompanho o Relator.

DES. JOÃO CARLOS BRANCO CARDOSO – Aguardo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



SPS

ADIN Nº 70001665314

DES. LEO LIMA – Acompanh o eminente Relator.

DES. MARCELO BANDEIRA PEREIRA - Acompanh o Relator.

DES. GASPAR MARQUES BATISTA - Acompanh o Relator.

DES. ARNO WERLANG - Acompanh o Relator.

INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE N.º 70001566942, DE PORTO ALEGRE: "DEPOIS DE JULGAREM IMPROCEDENTE OS EMINENTES DESEMBARGADORES RELATOR, REVISOR, ENGLERT, NILO, ÉLVIO, MANGABEIRA, TEDESCO, STEFANELLO, MONTE LOPES, ARISTIDES, RANOLFO, GIACOMUZZI, LUIZ ARI, LEO LIMA, MARCELO, GASPAR E ARNO WERLANG, PEDIU VISTA O EMINENTE DES. ARAKEN. AGUARDAM OS DESEMBARGADORES VASCO, DALL'AGNOL, FREIRE, JARDIM E BRANCO CARDOSO."

CONTINUAÇÃO DO JULGAMENTO

DES. ARAKEN DE ASSIS – Em síntese larga, porém exata, o Sr. Procurador-Geral da Justiça propõe ação direta para obter interpretação conforme à Constituição do art. 56 da Lei Complementar n.º 144/99, do Município de Porto Alegre, porque, na sua literal interpretação, o dispositivo sugere que o Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) poderia dispensar a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



SPS

ADIN Nº 70001665314

existência do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) em qualquer hipótese, embora existam hipóteses em que ela é obrigatória.

Convém recordar, a respeito, que a interpretação conforme a Constituição constitui técnica de controle da constitucionalidade que exclui certa exegese da regra incompatível com a constituição. Explica ZENO VELOSO (*Controle jurisdicional de constitucionalidade*, p. 186, Belém, 1999):

"Quando utiliza este mecanismo de controle da constitucionalidade, elegendo a alternativa interpretava que é compatível com a Carta Magna, o órgão jurisdicional está afirmando que a norma impugnada é constitucional, com a interpretação que a concilia com a Lei Fundamental, e, por conseguinte, está declarando a inconstitucionalidade do dispositivo, segundo a interpretação que apresenta antagonismo à Constituição".

Nesta linha de raciocínio, pouco importa se é virtude do texto ensejar livre interpretação do seu aplicador e a circunstância de que o EIA somente se torna obrigatório perante a possibilidade de o projeto causar dano ambiental. Através do acolhimento do pedido, restringe-se a interpretação do texto normativo, naturalmente constringendo a autoridade administrativa a segui-la.

Daí a iniciativa do Sr. Procurador Geral da Justiça, cujas razões finais bem situam a espécie (fls. 597/600):

*"Sendo assim, afirma-se que o **caput** do artigo 56 da Lei Complementar nº 434/99, em sua literalidade, é inconstitucional, sendo importante repisar o expedito na inicial (fls. 10 a 11):*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



SPS

ADIN Nº 70001665314

"Pela leitura desse dispositivo, conclui-se que o Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) poderia dispensar a exigência do EIA em qualquer das hipóteses referentes aos Projetos Especiais, que se caracterizam em 'Empreendimentos Pontuais' e 'Empreendimentos de Impacto Urbano' ('de Primeiro e de Segundo Níveis'), conforme o parágrafo único do próprio artigo 56.

Tal situação, contudo, não pode ser admitida, haja vista que a própria lei em testilha arrola casos em que a exigência do EIA é obrigatória.

Exemplificativamente, o artigo 61, que caracteriza o que são 'Empreendimentos de Impacto Ambiental de Primeiro Nível', em seu § 1º, incisos IV e V, dispõe:

'Art. 61. (...)

§ 1º São Empreendimentos de Impacto Urbano de Primeiro Nível:

(...)

IV — loteamentos e empreendimentos em Áreas de Proteção Ambiental;

V — projetos urbanísticos em glebas com área superior a 100ha (cem hectares)' (grifou-se).

Essas hipóteses nada mais são do que a reprodução do inciso XV do artigo 2º da Resolução nº 001/86 do CONAMA, já referida; por conseguinte, nesses casos, a exigência de realização do EIA é imperativa.

Ora, se própria Lei Complementar nº 434/99 prevê situações em que a realização do estudo de impacto é obrigatória, não poderia, em seu artigo 56, caput, simplesmente dispor que ao Estudo de Viabilidade Urbanística caberá a 'verificação da necessidade de realização de Estudos de Impacto Ambiental, conforme regulamentação a ser estabelecida pelo Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano'.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



SPS

ADIN Nº 70001665314

Além do mais, e infelizmente, a interpretação sistemática dos dispositivos dessa lei permite que se conclua pela autonomia do EVU, em detrimento do EIA, mesmo na aferição de eventual impacto sobre o meio ambiente veja-se o que dispõe o artigo 63:

'Art. 63. Os Empreendimentos de Impacto Urbano serão analisados através de Estudos de Viabilidade Urbanística, em especial quanto a:

I— (...);

II— (...);

III — impactos sobre a paisagem e o ambiente;

(...)

§ 3º Consideram-se ambiente as condições locais urbanas que representam, na maior parte dos casos, a qualidade de vida do cidadão, como as questões relativas à poluição, à ventilação e à insolação urbana, à qualidade e quantidade de equipamento e serviços e à preservação do patrimônio ambiental' (grifou-se).

Nota-se que em nenhum momento é feita alguma ressalva sobre a necessidade de realização do EIA para o licenciamento de 'Empreendimentos de Impacto Urbano', apesar de a lei conter hipóteses em que a exigência desse estudo é uma imposição da legislação federal, como antes demonstrado.

Portanto, a letra fria do caput do artigo 56, ao atribuir ao EVLT a possibilidade de dispensar a exigência do EIA, inclusive em casos em que normas da União obrigatoriamente o exigem, é formalmente inconstitucional. Isto porque não cabia ao Município, no espaço de sua competência, legislar de forma contrária ao disposto na legislação federal, mas, sim, suplementá-la, nos termos do artigo 30, inciso II, da Lei Maior.

Em decorrência, resta violado o princípio da repartição de competências legislativas, de observância obrigatória pelos Municípios, visto a

gwh



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SPS

ADIN Nº 70001665314



determinação contida nos artigos 80 e 100 da Constituição Estadual".

E não se diga, como asseverou o Legislativo Municipal, que o artigo 56 em comento somente seria aplicável às hipóteses em que EIA não seria obrigatório.

*Ora, como visto acima, a LC nº 434/99, em seu artigo 63, **caput**, expressamente determina que "Os Empreendimentos de Impacto Urbano serão analisados através de Estudos de Viabilidade Urbanística"(grifou-se) portanto, é indiscutível que todos os empreendimentos de tal espécie terão que se submeter ao estudo de viabilidade, independentemente da real necessidade do EIA.*

*E isso é afirmado pelo Município de Porto Alegre, que informa que o Estudo de Viabilidade Urbanística "(...) é o instrumento inicial propondo a realização de um empreendimento que é apresentado ao Município. A pedir da proposta é que o Município vai dizer se o projeto pode ser realizado e em que condições deve ser implantado. Na análise do EVU é que a SMAM dirá da **necessidade de realização de EIA ou outro estudo ambiental**" (grifou-se - fl. 529).*

Nota-se, pelas próprias considerações do Município, a autonomia conferida ao estudo de viabilidade, pois será ele quem determinará, ou não, a necessidade do Estudo de Impacto Ambiental.

Mas como já demonstrado, entre os casos de "Empreendimentos de Impacto Urbano" estão elencados, pela própria lei local, hipóteses em que a exigência do EIA é obrigatória, como revelam os incisos IV e V do §10 do artigo 61 antes exposto (loteamentos e empreendimentos em Áreas de Proteção Ambiental e projetos urbanísticos em



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



SPS

ADIN Nº 70001665314

glebas com área superior a 100ha); assim, se o estudo de impacto já era determinado pelas normas federais (artigo 2º, inciso XV, da Resolução nº 001/86 do CONAMA), a lei local não poderia ter conferido ao EVU a propalada autonomia.

É importante salientar que esta ação não traduz um sentimento de desconfiança, porquanto se acredita que nas hipóteses necessárias o EIA será exigido pela Administração Municipal; entretanto, não é possível permitir, sem a devida exegese, a manutenção de um dispositivo concedendo ao Município o poder dispensar a exigência de um instrumento que, pela sua importância na proteção do meio ambiente, foi expressamente previsto nas Constituições Federal e Estadual”.

Pelo fio do exposto, vênia dos que votaram em sentido contrário, julgo procedente a ação e acolho o pedido (item d, fl.19).

DES. VASCO DELLA GIUSTINA – Sr. Presidente, com a vênia do eminente Relator, vou acompanhar o Des. Araken. Tenho anotado aqui, S. Ex.a. não chegou a ler alguns dados que gostaria de ler, parece-me que são extraídos do parecer do Procurador-Geral:

“Note-se que em nenhum momento é feita alguma ressalva sobre a necessidade de realização do EIA para o licenciamento do ‘Empreendimentos de impacto urbano’, apesar de a lei conter hipóteses em que a exigência desse estudo é uma imposição da legislação federal, como antes demonstrado.

“Portanto, a letra fria do caput do artigo 56, ao atribuir ao EVU a possibilidade de dispensar a exigência do EIA, inclusive em casos em que normas da União obrigatoriamente o exigem, é



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



SPS

ADIN Nº 70001665314

formalmente inconstitucional. Isto porque não cabia ao Município, no espaço de sua competência, legislar de forma contrária ao disposto na legislação federal, mas, sim, suplementá-la, nos termos do artigo 30". Mais adiante diz assim: "Como visto, a Lei Complementar n.º 434/99, em seu artigo 63, caput, expressamente determina que "Os Empreendimentos de Impacto urbano serão analisados através de Estudos de Viabilidade urbanística (grifou-se); portanto, é indiscutível que todos os empreendimentos de tal espécie terão que se submeter ao estudo de viabilidade, independentemente da real necessidade do EIA." Concluo dizendo que "é importante salientar que esta ação", diz o eminente Des. Araken, citando o parecer, "não traduz um sentimento de desconfiança, porquanto se acredita que nas hipóteses necessárias o EIA será exigido pela Administração Municipal; entretanto, não é possível permitir, sem a devida exegese, a manutenção de um dispositivo concedendo ao Município o poder de dispensar a exigência de um instrumento que, pela sua importância na proteção do meio ambiente, foi expressamente previsto nas Constituições Federal e Estadual."

Assim, com esta linha da chamada técnica, lembrada há pouco, e com base na lição de Zeno Veloso, restringindo-se à interpretação do texto normativo, estou em acompanhar o voto do eminente Des. Araken.

DES. ANTONIO J. DALL'AGNOL JUNIOR – *Eminentes Colegas. Esta verdadeira "técnica de decisão" ("mais do que uma técnica de salvamento*

141



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SPS

ADIN Nº 70001665314



da lei ou do ato normativo – ensina Clèmerson Merlin Clève, em *A Fiscalização Abstrata da Constitucionalidade no Direito Brasileiro*, 2ª ed., p. 263) em que se constitui a interpretação conforme a Constituição trouxe algum embaraço. O Colendo Supremo Tribunal Federal, conforme de conhecimento geral, *"segundo orientação formulada pelo Ministro Moreira Alves"*, vem reconhecendo que *"quando fixada no juízo abstrato de normas, corresponde a uma pronúncia de inconstitucionalidade"* (Gilmar Ferreira Mendes, *Jurisdição Constitucional*, 2ª ed., p. 273).

Sabidamente, ela se oportuniza quando determinada norma oferece diferentes possibilidades de interpretação, algumas inconciliáveis com a Constituição, motivo pelo qual aquela Corte, dizendo-a *"modalidade de inconstitucionalidade parcial"* (a *sem redução de texto*), terminava por declarar constitucional *"uma lei com a interpretação que a compatibiliza com a Carta Magna"*, eliminando as demais (atuando como *legislador negativo*, portanto). Com isso, afastando-se da solução germânica, terminava o STF por reconhecer a *improcedência* da ação direta *"por se dar à norma a exegese que a compatibiliza com o texto constitucional"* (José Carlos Moreira Alves, em trabalho lembrado pelo jurista inicialmente lembrado, às pp. 264/265).

Assinala Merlin Clève, no entanto, que *"a prática recente do STF, todavia, vai se aproximando da experiência alemã"* (Ob. cit., p. 265).

E, efetivamente, em vista da concepção que domina em matéria de limites objetivos da coisa julgada, que não alcança os fundamentos (art. 469, do CPC), mais adequada parece exibir-se a solução pela procedência, parcial que seja, para o efeito de fixar o sentido da norma



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SPS

ADIN Nº 70001665314



jurídica atacada, afastando todos os demais que se exibam não-harmonizáveis com a Constituição.

Por isso, e sem prejuízo de exame mais aprofundado, estou acompanhando o voto do Eminentíssimo Desembargador Araken de Assis, com a vênica do Eminentíssimo Relator e dos que o seguiram.

DES. JOÃO PEDRO FREIRE - Sr. Presidente, com a vênica do eminentíssimo Relator, estou acompanhando o voto do eminentíssimo Des. Araken de Assis, com as achegas do eminentíssimo Des. Dall'Agnol.

DES. ANTONIO GUILHERME TANGER JARDIM – Da mesma forma.

DES. JOÃO CARLOS BRANCO CARDOSO - Também acompanho.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N.º 70001665314, DE PORTO ALEGRE: "PROSSEGUINDO NO JULGAMENTO, VOTARAM OS DES. ARAKEN, VASCO, DALL'AGNOL, FREIRE, JARDIM E BRANCO CARDOSO PELA PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. O RESULTADO FICA ASSIM: JULGARAM IMPROCEDENTE A AÇÃO, POR MAIORIA, VENCIDOS OS DES. ARAKEN, VASCO, DALL'AGNOL, FREIRE, JARDIM E BRANCO CARDOSO".

S.B.D.S.